



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2013

REPUBLIÇÃO

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.683.631.924,90	4.833.095,26
Pessoal Ativo	5.584.898.581,81	4.169.912,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.889.071.878,79	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	209.661.464,30	663.182,83
DESPESAS NAO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.228.915.178,85	6.361,89
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.364.178,63	45,38
Decorrentes de Decisão Judicial	219.823.548,80	-
Despesas de Exercícios Anteriores	184.311.282,99	6.316,51
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.818.416.168,43	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.454.716.746,05	4.826.733,37
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		5.459.543.479,42

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	10.561.113.114,83
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,69%
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	6.336.667.868,90
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00%	6.019.834.475,45
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	5.703.001.082,01

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 570.986,99 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas Pendentes" (21410000);

3- Na especificação Pessoal Ativo não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Conta Contábil	Descrição da Conta	Despesa Liquidada
331901601	AJUDA DE CUSTO	3.144.339,89
331901702	INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO	349.847,99
331901776	AUXILIO MORADIA	2.706.009,81
	TOTAL	6.200.197,69

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ

Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANGE

Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Subsecretaria do Tesouro Estadual
Contabilidade Geral do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.532.999.663,98	4.238.052,56
Pessoal Ativo	4.445.452.752,82	3.816.693,98
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.882.709.132,79	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	204.837.778,37	421.358,58
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.057.680.138,79	4.417,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.364.178,63	45,38
Decorrentes de Decisão Judicial	219.823.548,80	-
Despesas de Exercícios Anteriores	13.076.242,93	4.372,23
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.818.416.168,43	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.475.319.525,19	4.233.634,95
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		4.479.553.160,14
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		10.561.113.114,83
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		42,42%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		5.174.945.426,27
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		4.916.198.154,95
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44%		4.646.889.770,53

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 570.986,99 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas a Classificar" (214110000);

3- Na especificação Pessoal Ativo não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Conta Contábil	Descrição da Conta	Despesa Liquidada
331901601	AJUDA DE CUSTO	2.541.113,61
331901702	INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO	349.847,99
331901776	AUXILIO MORADIA	2.706.009,81
	TOTAL	5.596.971,41

4- Dados sujeitos a alterações em decorrência de ajustes contábeis pertinentes ao encerramento do exercício de 2013.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANGE
Governador do Estado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

REPUBLIÇÃO

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.095.951.051,09	5.224.278.230,44	5.395.746.788,87	5.679.045.587,37
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	4.330.273.131,28	4.458.600.310,63	4.651.031.899,09	4.979.719.230,60
Interna	3.965.740.588,95	4.098.299.913,22	4.188.685.013,54	4.484.811.618,51
Externa	364.532.542,33	360.300.397,41	462.346.885,55	494.907.612,09
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	712.192.783,36	712.192.783,36	712.192.783,36	654.699.022,74
Outras Dívidas	53.485.136,45	53.485.136,45	32.522.106,42	44.627.334,03
DEDUÇÕES (II)	3.592.967.145,57	3.931.960.623,06	4.076.529.867,38	3.488.158.011,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.179.072.268,53	3.257.342.324,45	3.351.904.390,78	2.916.204.043,58
Demais Haveres Financeiros	613.808.866,52	722.821.321,95	758.118.941,91	763.464.327,84
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	199.914.989,48	48.203.023,34	33.493.465,31	191.510.359,74
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.502.983.905,52	1.292.317.607,38	1.319.216.921,49	2.190.887.575,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.915.833.390,24	10.759.336.860,36	10.582.652.553,00	10.561.113.114,83
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	46,68%	48,56%	50,99%	53,77%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	13,77%	12,01%	12,47%	20,74%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	21.831.666.780,48	21.518.673.720,72	21.165.305.106,00	21.122.226.229,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	19.648.500.102,43	19.366.806.348,65	19.048.774.595,40	19.010.003.606,69

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	4.330.273.131,28	4.458.600.310,63	4.651.031.899,09	4.979.719.230,60
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DIVIDAS (VI)	656.250.093,94	614.144.825,51	451.951.840,00	424.072.411,61
De Tributos	6.198.089,35	6.523.947,01	6.215.702,66	5.991.402,23
De Contribuições Sociais	649.864.358,75	607.440.516,28	445.736.137,34	418.081.009,38
Previdenciárias	97.500.839,30	68.324.276,30	42.938.073,18	22.324.561,70
PIS/PASEP	552.066.614,89	538.836.295,58	402.521.515,16	395.756.447,68
Demais Contribuições Sociais	296.904,56	279.944,40	276.549,00	-
Do FGTS	187.645,84	180.362,22	-	-
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	3.674.023.037,34	3.844.455.485,12	4.199.080.059,09	4.555.646.818,99
Internas	3.309.490.495,01	3.484.155.087,71	3.736.733.173,54	4.060.739.206,90
Caixa Econômica Federal - CEF	173.499.113,46	341.101.336,74	340.430.894,24	339.899.227,20
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	953.320.789,27	971.113.871,09	1.236.864.076,81	1.555.571.351,87
União	1.960.513.367,74	1.957.219.844,60	1.953.300.667,37	1.965.061.354,15
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	222.157.224,54	214.720.035,28	206.137.535,12	200.207.273,68
Externas	364.532.542,33	360.300.397,41	462.346.885,55	494.907.612,09
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	171.736.286,84	174.095.557,57	245.210.584,48	287.123.208,56
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	192.796.255,49	186.204.839,84	217.136.301,07	207.784.403,53
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	278.036.042,23	278.036.042,23	278.036.042,23	179.591.552,63
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	350.193.078,42	426.965.072,84	443.386.271,20	244.778.949,50
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	487.480.169,85	182.804.740,86	38.032.544,55	569.195.780,86
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	286.746.311,91	361.318.342,91	358.335.821,12	749.698.599,18
Passivo Atuarial	282.493.208,66	282.493.208,66	282.493.208,66	682.529.457,08
Demais Dívidas	4.253.103,25	78.825.134,25	75.842.612,46	67.169.142,10
DEDUÇÕES (X)	829.874.354,64	871.100.694,58	925.986.427,39	1.036.008.524,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	828.850.227,75	870.359.866,76	924.743.579,49	1.035.781.095,17
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	1.254.146,24	768.106,57	1.270.126,65	355.641,09
(-) Restos a Pagar Processados	230.019,35	27.278,75	27.278,75	128.211,82
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	4.297.124,72	37.391.927,92	51.666.363,22	5.482.720,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(543.128.042,73)	(509.782.351,67)	(567.650.606,27)	(286.309.925,26)
FONTE: SIAFEM/GECON/GECEM/SEFAZ				

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público;
- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 570.986,99 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas Pendentes" (214100000);
- Em virtude do Princípio da Prudência, para o cálculo dos "Demais Haveres Financeiros" não está sendo considerado o montante de R\$ 458.396.740,52, registrado na conta contábil 112460000 (Adiantamentos de Precatórios), por se referir a valores repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.
- A diferença de R\$ 15.043,49 entre a linha "Disponibilidade de Caixa" nas colunas "Saldo do Exercício Anterior" e "Até o 1º Quadrimestre" da Dívida Consolidada em relação aos constantes nos demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida do 3º Quadrimestre de 2012 e do 1º quadrimestre de 2013, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo da conta contábil "111800000 - Disponível Empresas Públicas".
- A diferença de R\$ 130.945.601,59 entre a linha "Demais Haveres Financeiros" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" da Dívida Consolidada em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do 3º Quadrimestre de 2012, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo das contas contábeis "112140300 e 122180000 - Parcelamentos de Débitos Fiscais (curto e longo prazo)".
- A diferença de R\$ 277.100.227,47 entre a linha "Demais Haveres Financeiros" na coluna "Até o 1º Quadrimestre" da Dívida Consolidada em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do 1º Quadrimestre de 2013, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo das contas contábeis "112140300 e 122180000 - Parcelamentos de Débitos Fiscais (curto e longo prazo)".
- A diferença de R\$ 486.039,67 entre a linha "Demais Haveres Financeiros" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" da Dívida Consolidada Previdenciária em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do 3º Quadrimestre de 2012, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo da conta contábil "112140200 - Créditos de Contribuições a Receber".
- Na linha "RP Não Processados de Exercícios Anteriores" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" estão sendo computados o saldo dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores e do exercício de referência em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 5ª edição.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Subsecretaria do Tesouro Estadual
Contabilidade Geral do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	8.517.560,21	8.151.098,94	9.621.162,78	-
Aval ou fiança em operações de crédito	8.517.560,21	8.151.098,94	9.621.162,78	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	8.517.560,21	8.151.098,94	9.621.162,78	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.915.833.390,24	10.759.336.860,36	10.582.652.553,00	10.561.113.114,83
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,08%	0,08%	0,09%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.401.483.345,85	2.367.054.109,28	2.328.183.561,66	2.323.444.885,26
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 20%	2.183.166.678,05	2.151.867.372,07	2.116.530.510,60	2.112.222.622,97

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIAFEM/GECON/GECEM/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo, incluem garantias concedidas por meio de Fundos;
- 2- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 570.986,99 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas Pendentes" (214100000);
- 3- Na elaboração deste demonstrativo não estão sendo considerados os valores a seguir como Contragarantia Recebida, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo). São eles:

Conta Contábil	Posição-dezembro de 2012	Posição-dezembro de 2013
199520201 - Fiança Recebida no País	42.307.137,96	42.080.370,36
199550101 - Seguro Recebido no País	42.505.889,85	48.931.744,70
199580201 - Título Público Recebido no País	127.450,15	127.450,15

- 4- Dados sujeitos a alterações em decorrência de ajustes contábeis pertinentes ao encerramento do exercício de 2013.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R\$

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	373.492.277,99	735.339.623,23
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	373.492.277,99	735.339.623,23
Interna	334.267.160,58	645.162.705,27
Abertura de Crédito	334.267.160,58	645.162.705,27
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	39.225.117,41	90.176.917,96
Abertura de Crédito	39.225.117,41	90.176.917,96
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	4.162.006,73	175.364.007,67
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	4.162.006,73	8.068.807,67
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	-	167.295.200,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.561.113.114,83	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	735.339.623,23	6,96%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.689.778.098,37	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.520.800.288,54	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	739.277.918,04	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	910.703.630,90	8,62%

FONTE: SIAFEM/GECO/GECEM/SEFAZ

NOTA EXPLICATIVA:

1 - O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 570.986,99 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas Pendentes" (214100000);

2 - O valor de R\$ 8.068.807,67 demonstrado no campo "Não sujeitas ao limite para fins de contratação/ Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial" refere-se ao ingresso financeiro oriundo do PROFAPZ conforme 2013NL23217, 2013NL27136, 2013NL40603 e 2013NL41485 da UG 800102.

3 - O valor de R\$ 167.295.200,00 demonstrado na coluna "Até o Quadrimestre de Referência" na linha "Outras Operações de Crédito não sujeitas ao limite" refere-se ao ingresso financeiro do FINISA (operação contratada nos termos do art. 9-N da Resolução/CNM nº 2.827/2001) conforme 2013NL13144 da UG 800102.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

REPUBLIÇÃO

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	24.056.759,03	20.761.272,86	3.295.486,17
03 - FUNDEB	6.252.176,37	6.252.176,37	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	76.164.997,65	49.895.516,49	26.269.481,16
13 - FUNDEB - 60%	16.027.399,51	16.027.399,51	-
14 - FUNDEB - 40%	23.166.248,78	3.257.098,04	19.909.150,74
15 - Alienação de Bens	335.550,00	-	335.550,00
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	57.150.862,58	3.256.077,89	53.894.784,69
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	6.186,44	-	6.186,44
33 - Convênios - União	49.410.497,18	187.687,01	49.222.810,17
34 - Incentivo SUS - União	40.854.030,44	1.679.105,98	39.174.924,46
35 - SUS - Produção	57.775.877,51	14.158.889,05	43.616.988,46
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	7.928.594,90	7.928.594,90	-
38 - FUNDAP	1.272.761,84	1.272.761,84	-
39 - Doações	1.290.714,62	23.374,71	1.267.339,91
41 - Convênios com Órgãos não Federais	162.041,11	-	162.041,11
42 - Operações de Crédito Internas	445.243.842,52	5.021.715,32	440.222.127,20
43 - Operações de Crédito Externas	11.477.644,11	-	11.477.644,11
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	296.692,83	-	296.692,83
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	19.619.649,41	366.587,22	19.253.062,19
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	25.457,72	-	25.457,72
49 - Programa Brasil Alfabetizado	2.492.062,61	-	2.492.062,61
54 - CIDE	68.662,01	-	68.662,01
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	143.291,36	143.291,36	-
56 - Transferências ao FUNDAGUA	-	-	-
57 - Incentivo SUAS - União	3.221.218,88	76.206,00	3.145.012,88
59 - Transferências Financeiras a Fundos	143.294.869,53	2.385.577,54	140.909.291,99
61 - FUNCOP	107.170,38	-	107.170,38
62 - Emenda Constitucional n. 62 - Precatórios	51.354.439,52	-	51.354.439,52
63 - Recursos Lei Pelé	1.843.681,66	66.745,79	1.776.935,87
65 - PRONAT	11.263.881,95	-	11.263.881,95
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	2.566.590,60	-	2.566.590,60
72 - Convênios com Órgãos Federais	54.457.629,64	181.141,41	54.276.488,23
73 - Convênios com Órgãos não Federais	341.971,18	31,52	341.939,66
74 - Transferências de Instituições Privadas	19.492.655,64	463.913,05	19.028.742,59
- Cauções	7.259.840,04	7.259.840,04	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.136.425.949,55	140.665.003,90	995.760.945,65
01 - Recursos Ordinários	1.369.989.861,10	291.245.682,69	1.078.744.178,41
12 - Superávit Financeiro – dec. 2829-r de 17/08/11	27.269.558,42	2.419.223,76	24.850.334,66
71 - Arrecadado pelo Órgão	1.425.559.609,72	24.521.000,58	1.401.038.609,14
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.822.819.029,24	318.185.907,03	2.504.633.122,21
TOTAL (III) = (I + II)	3.959.244.978,79	458.850.910,93	3.500.394.067,86
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	1.035.781.095,17	313.775,91	1.035.467.319,26

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 - O demonstrativo foi elaborado com base no registro das disponibilidades e obrigações financeiras constantes no SIAFEM, abrangendo todos as entidades integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- 2 - Na coluna "OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)", estão sendo considerados os seguintes valores:

Especificações	Valor
Restos a Pagar Processados do Exercício e de Exercícios Anteriores, inclusive consignações.	207.318.693,37
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	27.043.063,79
Outras Obrigações Financeiras	224.489.153,77
Total	458.850.910,93

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	313.775,91
Restos a Pagar Processados do Exercício e de Exercícios Anteriores, inclusive consignações.	131.535,55
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	924,00
Outras Obrigações Financeiras	181.316,36

3 - Em decorrência do princípio contábil da Prudência, na coluna "OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)", está sendo considerado o montante de R\$ 141.002.155,47 registrado na conta contábil "211420000 - Depósitos Judiciais" e na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta (a)" não está sendo considerado o montante de R\$ 700,00 registrado na conta contábil "112620000" (fonte de recurso "59 - Transferência Financeira a Fundos"). Estão sendo considerados, ainda, R\$ 7.259.840,04 referente a cauções do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

4 - Na fonte 71 - "ARRECADADO PELO ÓRGÃO", estão incluídos os montantes de: a) R\$ 14.566,19 referente a conta contábil "111110000 - Caixa"; b) R\$ 500,00 referente a conta contábil "111800000 - Disponível Empresas Públicas" e c) R\$ 1.035.781.095,17 referente às disponibilidades do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que também encontram-se detalhadas na linha "Regime Próprio de Previdência dos Servidores".

5 - Na fonte "03 - FUNDEB" encontram-se registrados os recursos recebidos do FUNDEB até o exercício de 2012.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	24.056.759,03	20.761.272,86	3.295.486,17
03 - FUNDEB	6.252.176,37	6.252.176,37	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	76.164.997,65	49.895.516,49	26.269.481,16
13 - FUNDEB - 60%	16.027.399,51	16.027.399,51	-
14 - FUNDEB - 40%	23.166.248,78	3.257.098,04	19.909.150,74
15 - Alienação de Bens	335.550,00	-	335.550,00
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	57.150.862,58	3.256.077,89	53.894.784,69
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	6.186,44	-	6.186,44
33 - Convênios - União	49.410.497,18	187.687,01	49.222.810,17
34 - Incentivo SUS - União	40.854.030,44	1.679.105,98	39.174.924,46
35 - SUS - Produção	57.775.877,51	14.158.889,05	43.616.988,46
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	7.928.594,90	7.928.594,90	-
38 - FUNDAP	1.272.761,84	1.272.761,84	-
39 - Doações	1.290.714,62	23.374,71	1.267.339,91
41 - Convênios com Órgãos não Federais	162.041,11	-	162.041,11
42 - Operações de Crédito Internas	445.243.842,52	5.021.715,32	440.222.127,20
43 - Operações de Crédito Externas	11.477.644,11	-	11.477.644,11
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	296.692,83	-	296.692,83
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	19.619.649,41	366.587,22	19.253.062,19
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	25.457,72	-	25.457,72
49 - Programa Brasil Alfabetizado	2.492.062,61	-	2.492.062,61
54 - CIDE	68.662,01	-	68.662,01
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	143.291,36	143.291,36	-
56 - Transferências ao FUNDÁGUA	-	-	-
57 - Incentivo SUAS - União	3.221.218,88	76.206,00	3.145.012,88
59 - Transferências Financeiras a Fundos	143.294.869,53	2.385.577,54	140.909.291,99
61 - FUNCOP	107.170,38	-	107.170,38
63 - Recursos Lei Pelé	1.843.681,66	66.745,79	1.776.935,87
65 - PRONAT	11.263.881,95	-	11.263.881,95
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	2.566.590,60	-	2.566.590,60
72 - Convênios com Órgãos Federais	54.457.629,64	181.141,41	54.276.488,23
73 - Convênios com Órgãos não Federais	341.971,18	31,52	341.939,66
74 - Transferências de Instituições Privadas	19.492.655,64	463.913,05	19.028.742,59
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.077.811.669,99	133.405.163,86	944.406.506,13
01 - Recursos Ordinários	1.174.119.981,43	234.436.601,84	939.683.379,59
12 - Superávit Financeiro – dec. 2829-r de 17/08/11	27.269.558,42	2.419.223,76	24.850.334,66
71 - Arrecadado pelo Órgão	1.276.223.127,92	19.020.204,04	1.257.202.923,88
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.477.612.667,77	255.876.029,64	2.221.736.638,13
TOTAL (III) = (I + II)	3.555.424.337,76	389.281.193,50	3.166.143.144,26
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	1.035.781.095,17	313.775,91	1.035.467.319,26

FONTE: SIAFEM/GECON/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 - Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2013;
 2 - Na coluna "OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)", estão sendo considerados os seguintes valores:

Especificações	Valor
Restos a Pagar Processados do Exercício e de Exercícios Anteriores, inclusive consignações.	205.164.579,30
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	17.777.489,63
Outras Obrigações Financeiras	166.339.124,57
Total	389.281.193,50
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	313.775,91
Restos a Pagar Processados do Exercício e de Exercícios Anteriores, inclusive consignações.	131.535,55
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	924,00
Outras Obrigações Financeiras	181.316,36

3 - Em decorrência do princípio contábil da Prudência, na coluna "OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)", está sendo considerado o montante de R\$ 141.002.155,47 registrado na conta contábil "211420000 - Depósitos Judiciais" e na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta (a)" não está sendo considerado o montante de R\$ 700,00 registrado na conta contábil "112620000" (fonte de recurso "59 - Transferência Financeira a Fundos").

4 - Na fonte 71 - "ARRECADADO PELO ÓRGÃO", estão incluídos os montantes de: a) R\$ 14.566,19 referente a conta contábil "11110000 - Caixa"; e b) R\$ 500,00 referente a conta contábil "111800000 - Disponível Empresas Públicas".

5 - Na fonte "03 - FUNDEB" encontra-se registrado os recursos recebidos do FUNDEB até o exercício de 2012.

6 - Dados sujeitos a alterações em virtude de ajustes contábeis decorrentes do encerramento do exercício de 2013.

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
 Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
 Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
 Governador do Estado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

REPUBLIÇÃO

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.554.649,18	18.206.623,68	-	-	3.295.486,17	-
03 - FUNDEB	6.252.176,37	-	-	-	-	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	899.247,30	48.996.046,90	222,29	-	26.269.481,16	-
13 - FUNDEB - 60%	-	16.027.399,51	-	-	-	-
14 - FUNDEB - 40%	-	3.257.098,04	-	-	19.909.150,74	-
15 - Alienação de Bens	-	-	-	-	335.550,00	-
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	519.723,58	2.725.154,15	11.200,16	5.741.724,39	53.894.784,69	-
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	-	-	-	-	6.186,44	-
33 - Convênios - União	20,00	187.667,01	-	11.058.254,11	49.222.810,17	-
34 - Incentivo SUS - União	11.453,59	1.667.632,88	19,51	2.056.452,32	39.174.924,46	-
35 - SUS - Produção	1.325.389,17	12.695.966,79	137.532,89	10.848.997,15	43.616.988,46	-
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	-	-	-	-	-	-
38 - FUNDAP	760.389,76	512.372,08	-	-	-	-
39 - Doações	542,37	22.832,34	-	609.058,32	1.267.339,91	-
41 - Convênios com Órgãos não Federais	-	-	-	-	162.041,11	-
42 - Operações de Crédito Internas	-	5.020.546,74	1.168,58	75.433.698,37	440.222.127,20	-
43 - Operações de Crédito Externas	-	-	-	9.112.495,29	11.477.644,11	-
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	-	-	-	-	296.692,83	-
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	71.514,13	295.073,09	-	-	19.253.062,19	-
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	-	-	-	-	25.457,72	-
49 - Programa Brasil Alfabetizado	-	-	-	1.041.825,30	2.492.062,61	-
54 - CIDE	-	-	-	15.083,09	68.662,01	-
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	-	-	143.291,36	-	-	-
56 - Transferências ao FUNDAGUA	-	-	-	-	-	-
57 - Incentivo SUAS - União	-	76.206,00	-	626.164,40	3.145.012,88	-
59 - Transferências Financeiras a Fundos	757.962,63	1.086.336,22	539.681,85	19.916.992,42	140.909.291,99	-
61 - FUNCOP	-	-	-	-	107.170,38	-
62 - Emenda Constitucional n. 62 - Precatórios	-	-	-	-	51.354.439,52	-
63 - Recursos Lei Pelé	66.745,79	-	-	575.499,06	1.776.935,87	-
65 - PRONAT	-	-	-	-	11.263.881,95	-
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	-	-	-	2.355.310,50	2.566.590,60	-
72 - Convênios com Órgãos Federais	54.840,06	124.778,65	1.522,70	6.054.504,20	54.276.488,23	-
73 - Convênios com Órgãos não Federais	31,52	-	-	9.319,95	341.939,66	-
74 - Transferências de Instituições Privadas	-	463.913,05	-	510.453,98	19.028.742,59	-
- Cauções	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	13.274.685,45	111.365.647,13	834.639,34	145.965.832,85	995.760.945,65	-
01 - Recursos Ordinários	10.851.540,45	63.690.816,58	19.332.428,47	283.464.476,72	1.078.744.178,41	-
12 - Superávit Financeiro – dec. 2829-r de 17/08/11	2.257.822,76	161.401,00	-	21.790.999,83	24.850.334,66	-
71 - Arrecadado pelo Órgão	301.580,38	5.415.199,62	6.875.995,98	96.542.340,30	1.401.038.609,14	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	13.410.943,59	69.267.417,20	26.208.424,45	401.797.816,85	2.504.633.122,21	-
TOTAL (III) = (I + II)	26.685.629,04	180.633.064,33	27.043.063,79	547.763.649,70	3.500.394.067,86	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	11.416,50	120.119,05	924,00	5.610.008,63	1.035.467.319,26	-

FONTE: SIAFEM/GECON/GEPOF/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTA EXPLICATIVA:

1- Nos valores apresentados de Restos a Pagar estão incluídas as consignações;

2 - O demonstrativo foi elaborado com base no registro dos restos a pagar constantes no SIAFEM, abrangendo todos as entidades integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES N° 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.554.649,18	18.206.623,68	-	-	3.295.486,17	-
03 - FUNDEB	6.252.176,37	-	-	-	-	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	899.247,30	48.996.046,90	222,29	-	26.269.481,16	-
13 - FUNDEB - 60%	-	16.027.399,51	-	-	-	-
14 - FUNDEB - 40%	-	3.257.098,04	-	-	19.909.150,74	-
15 - Alienação de Bens	-	-	-	-	335.550,00	-
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	519.723,58	2.725.154,15	11.200,16	5.741.724,39	53.894.784,69	-
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	-	-	-	-	6.186,44	-
33 - Convênios - União	20,00	187.667,01	-	11.058.254,11	49.222.810,17	-
34 - Incentivo SUS - União	11.453,59	1.667.632,88	19,51	2.056.452,32	39.174.924,46	-
35 - SUS - Produção	1.325.389,17	12.695.966,79	137.532,89	10.848.997,15	43.616.988,46	-
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	-	-	-	-	-	-
38 - FUNDAP	760.389,76	512.372,08	-	-	-	-
39 - Doações	542,37	22.832,34	-	609.058,32	1.267.339,91	-
41 - Convênios com Órgãos não Federais	-	-	-	-	162.041,11	-
42 - Operações de Crédito Internas	-	5.020.546,74	1.168,58	75.433.698,37	440.222.127,20	-
43 - Operações de Crédito Externas	-	-	-	9.112.495,29	11.477.644,11	-
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	-	-	-	-	296.692,83	-
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	71.514,13	295.073,09	-	-	19.253.062,19	-
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	-	-	-	-	25.457,72	-
49 - Programa Brasil Alfabetizado	-	-	-	1.041.825,30	2.492.062,61	-
54 - CIDE	-	-	-	15.083,09	68.662,01	-
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	-	-	143.291,36	-	-	-
56 - Transferências ao FUNDÁGUA	-	-	-	-	-	-
57 - Incentivo SUAS - União	-	76.206,00	-	626.164,40	3.145.012,88	-
59 - Transferências Financeiras a Fundos	757.962,63	1.086.336,22	539.681,85	19.916.992,42	140.909.291,99	-
61 - FUNCOP	-	-	-	-	107.170,38	-
63 - Recursos Lei Pelé	66.745,79	-	-	575.499,06	1.776.935,87	-
65 - PRONAT	-	-	-	-	11.263.881,95	-
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	-	-	-	2.355.310,50	2.566.590,60	-
72 - Convênios com Órgãos Federais	54.840,06	124.778,65	1.522,70	6.054.504,20	54.276.488,23	-
73 - Convênios com Órgãos não Federais	31,52	-	-	9.319,95	341.939,66	-
74 - Transferências de Instituições Privadas	-	463.913,05	-	510.453,98	19.028.742,59	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	13.274.685,45	111.365.647,13	834.639,34	145.965.832,85	944.406.506,13	-
01 - Recursos Ordinários	10.619.287,25	62.456.099,85	14.880.506,71	268.628.531,29	939.683.379,59	-
12 - Superávit Financeiro – dec. 2829-r de 17/08/11	2.257.822,76	161.401,00	-	21.790.999,83	24.850.334,66	-
71 - Arrecadado pelo Órgão	100.080,23	4.929.555,63	2.062.343,58	43.183.631,72	1.257.202.923,88	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	12.977.190,24	67.547.056,48	16.942.850,29	333.603.162,84	2.221.736.638,13	-
TOTAL (III) = (I + II)	26.251.875,69	178.912.703,61	17.777.489,63	479.568.995,69	3.166.143.144,26	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	11.416,50	120.119,05	924,00	5.610.008,63	1.035.467.319,26	-

FONTE: SIAFEM/GECON/GEFIN/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- Nos valores apresentados de Restos a Pagar estão incluídas as consignações;

2- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2013.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES N° 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Subsecretaria do Tesouro Estadual
Contabilidade Geral do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

REPUBLICAÇÃO

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.459.543.479,42	51,69%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	6.336.667.868,90	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00%	6.019.834.475,45	57,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.190.887.575,69	20,74%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.122.226.229,66	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.323.444.885,26	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	735.339.623,23	6,96%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.689.778.098,37	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	739.277.918,04	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Total	547.763.649,70	3.500.394.067,86

FONTE: SIAFEM/GECOG/SEFAZ

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Subsecretaria do Tesouro Estadual
Contabilidade Geral do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

REPUBLIÇÃO

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.479.553.160,14	42,42%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.174.945.426,27	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	4.916.198.154,95	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.190.887.575,69	20,74%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.122.226.229,66	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.323.444.885,26	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	735.339.623,23	6,96%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.689.778.098,37	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	739.277.918,04	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Total	479.568.995,69	3.166.143.144,26

FONTE: SIAFEM/GECOG/SEFAZ

BRUNO PIRES DIAS

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE

Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES

Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado